

QUEBRA DE DECORO

Apesar de a Advocacia-Geral do Senado ser contrária à nova representação sobre o caso Schincariol, Mesa envia ao colegiado outra representação do PSOL contra Renan Calheiros

Mais uma investigação

MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

GUSTAVO KRIEGER

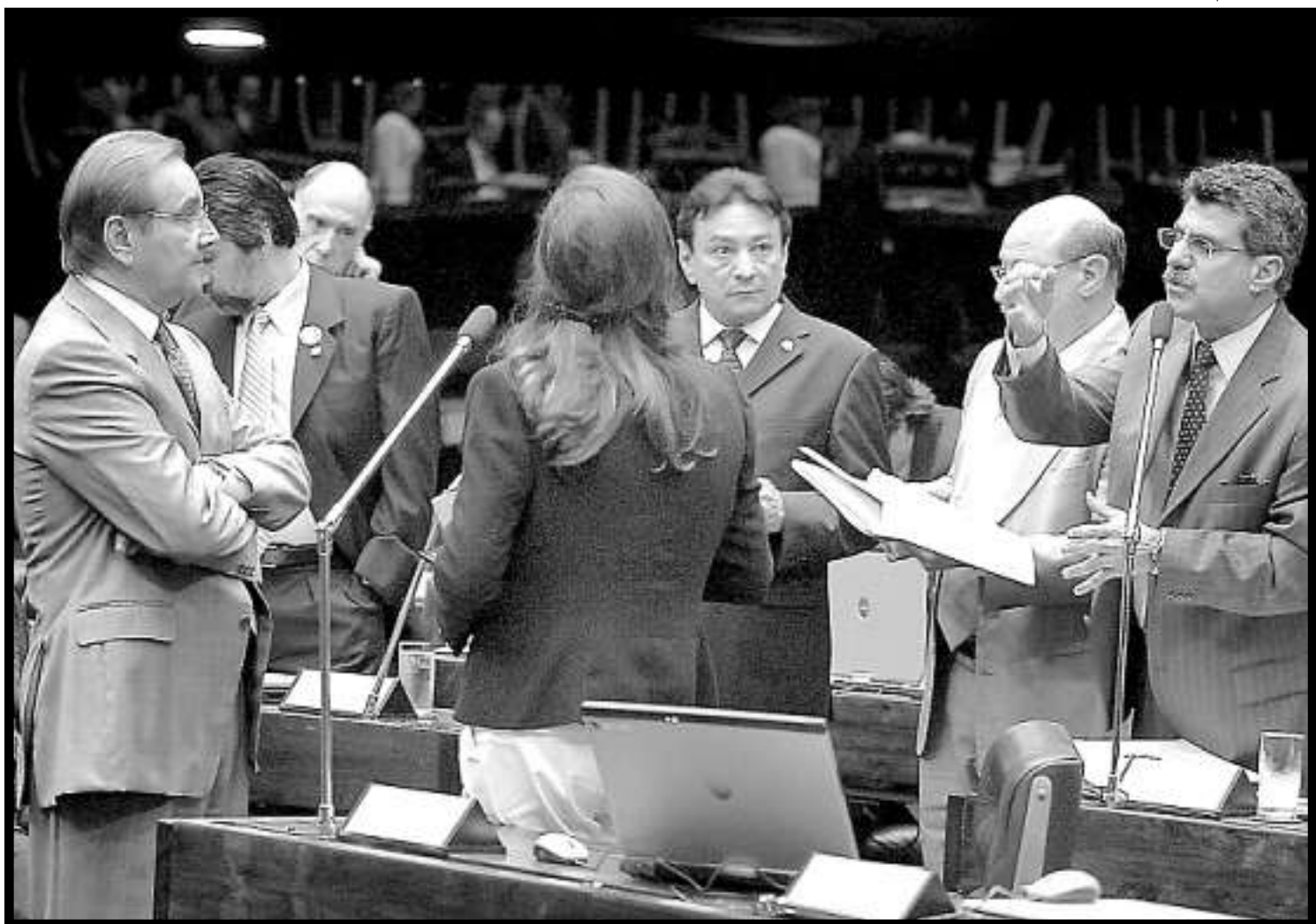
Brasília – O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), continua a colecionar derrotas políticas. Ontem a Mesa Diretora do Senado decidiu enviar ao Conselho de Ética mais uma representação pedindo que ele seja investigado por quebra de decoro parlamentar. Proposta pelo PSOL, a investigação será sobre a suspeita de que ele teria atuado como lobista da cervejaria Schincariol. O novo processo vai se somar a outra representação que já tramita no conselho contra o senador, na qual é acusado de ter recebido dinheiro do lobista de uma empreiteira para pagar despesas pessoais.

Renan esperava que o novo processo fosse arquivado pela Mesa. Apostava que os senadores aprovassem parecer da Advocacia-Geral do Senado, um órgão subordinado a ele. O parecer, apresentado pela manhã, dizia que o Conselho de Ética não tem poderes para investigar senadores. Teria de limitar-se a processar os parlamentares contra quem já houvesse provas de algum crime. Na prática, não seria mais possível apresentar representações com base em reportagens publicadas pela imprensa. Seria necessário esperar a conclusão de algum inquérito policial ou de uma comissão parlamentar de inquérito. Como essas investigações demoram meses, os senadores ficariam mais protegidos contra processos no Conselho de Ética.

O parecer foi derrotado por 5 votos a 2. E isso que o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-

AC), votou a favor de Renan. Normalmente ele só votaria em caso de desempate. Até havia na reunião um clima de antipatia em relação à representação do PSOL. Os senadores reclamam que o partido está usando os processos contra parlamentares para ganhar espaço na mídia. Apesar disso, a maioria concluiu que a Mesa Diretora não tem poder para recusar nenhuma representação apresentada por partidos políticos. Esse entendimento foi uma derrota profunda para Renan. O parecer da Advocacia Geral do Senado tentava criar um rito que dificultasse as representações contra senadores. Por ele, todos os pedidos teriam de passar pela Mesa Diretora e essa poderia opinar sobre o mérito das denúncias. Os senadores preferiram livrar-se dessa responsabilidade. Decidiram inclusive propor uma mudança no Regimento Interno do Senado para que as próximas representações sejam encaminhadas diretamente ao Conselho de Ética, sem passar pela Mesa.

CASO GIM A decisão indica que a representação contra Gim Argello (PTB-DF) também será encaminhada ao Conselho de Ética. Renan queria que os dois casos fossem analisados ontem, para ganhar a solidariedade do PTB. A Mesa recusou, porque o caso não havia entrado na pauta e o advogado do senador, Maurício Corrêa, não fora convocado. Mesmo assim, todos os integrantes da Mesa antecipam que o caso terá a mesma decisão. “Não há como discutir. O encaminhamento é automático”, diz o segundo secretário, Gerson Camata (PMDB-ES).



Líder do DEM, José Agripino Maia (E) cobrou a saída de Renan do comando da Casa e foi alvo das ironias e insinuações do presidente do Senado

Defesa e mais um bate-boca

Brasília – Não demorou para que o clima no plenário do Senado voltasse a ser contaminado pela crise protagonizada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Pressionado por novas investigações no Conselho de Ética e no Supremo Tribunal Federal (STF), Renan elevou o tom do ataque contra os adversários. A sessão virou palco para um novo bate-boca e troca de acusações, especialmente entre o presidente e o líder do DEM, José Agripino Maia (RN).

Os ataques não foram um rompante. Renan passou a manhã reunido com assessores, preparando um discurso. Avisou a senadores aliados e esperou que o plenário ficasse cheio, com a presença de 64 parlamentares. Então, deixou a cadeira de presidente e foi até a tribuna. Durante

18 minutos fez um duro discurso, no qual jurou inocência. Atacou a imprensa, em especial a revista *Veja*, e os adversários políticos, a quem acusa de conspirar contra ele. Disse que tudo se origina de uma disputa pelo poder em Alagoas.

“Sou agredido diariamente por sistemáticas ignomínias, perfídias, insídias. Todas originadas da briga política paroquial, de interesse regional, e alimentadas diariamente por derrotados rancorosos, como João Lyra e a ex-senadora Heloisa Helena, que, desesperadamente, tentam uma reinserção na vida política nacional”. Heloisa Helena é a presidente do PSOL, que já apresentou duas representações no Conselho de Ética contra Renan. O ex-deputado João Lyra já foi aliado e hoje é inimigo do presidente do Senado,

que o acusa de ser a fonte das novas denúncias contra ele.

Renan repetiu que não vai afastar-se do cargo e criticou os senadores do DEM e do PSDB. Os dois partidos de oposição anunciaram a intenção de boicotar a votação de projetos se ele continuar a presidir as sessões. “Eu me recorde de que, nos anos de repressão, o PMDB obstruía as sessões do Parlamento contra a ditadura. Agora, vejo, com alguma incredulidade, que alguns ameaçam usar a obstrução contra a democracia, contra o direito de defesa.”

Pela manhã, as bancadas do DEM e do PSDB decidiram apresentar uma representação para que o Conselho de Ética investigue a suspeita de que Renan teria usado laranjas para comprar um jornal e duas emissoras de rádio em Alagoas. Sem citar os dois par-

tidos, o senador atacou. “Aqueles que, por irresponsabilidade e caráter rasteiro, queiram fazer novas representações rabiscadas em guardanapos, baseadas em ouvir dizer, em fofoca, em recorte de jornal, que o façam. Eu responderei a todas, como fiz até agora, com altivez.”

José Agripino reagiu. Mal Renan deixou a tribuna, solicitou a palavra e reforçou a decisão de pedir um novo processo contra o presidente do Senado. Pediu novamente que ele se afaste da presidência. “Pelas conversas que eu tenho por onde ando — não são, seguramente, as mesmas ruas por onde anda Vossa Excelência, o que eu ouço é preocupante para mim. Eu me preocupo em ser presidido por um senador que é obrigado a apresentar justificativas a cada semana.”

COBRANÇA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva advertiu ontem, em Tegucigalpa, capital de Honduras, que, se houver atraso no Senado das votações de projetos de interesse do país, chamará os líderes da Casa e dos partidos políticos para uma dura conversa assim que retornar ao Brasil. “Nenhum caso individual pode atrapalhar as votações de coisas de interesse do nosso país”, disse. Lula se referia à paralisação do Senado, causada pela resistência do presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), de deixar o cargo. A situação se agravou com a decisão do DEM de obstruir a votação de projetos que não sejam de interesse do país.

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



MARCOS MICHELIN/EM

A popularidade e a crise aérea

No debate político, tem coisa simples que parece complicada e coisa complicada que parece simples. Vamos deixar a primeira de lado e discutir um bom exemplo da segunda. Pesquisa, por exemplo, às vezes parece a coisa mais óbvia do mundo, mas, olhada de perto, pode ser o inverso.

Acaba de sair uma pesquisa do Datafolha, a primeira, de âmbito nacional, realizada depois do acidente com o Airbus da TAM, em Congonhas. Confirmando o que diziam outros levantamentos, locais e estaduais, das últimas semanas, ela mostra que a popularidade de Lula permanece elevada, com 48% dos entrevistados dizendo que faz um governo ótimo ou bom. Comparada à anterior do mesmo instituto, feita em abril, ela aponta que a

popularidade não é só alta, como estável, pois, naquela, Lula alcançava os mesmos 48%.

Até aí, nada a comentar. Afinal, números são números e a coincidência aritmética dos resultados até convida à conclusão de que “nada abala a popularidade do governo”, que se tornou quase um bordão, depois que a pesquisa foi divulgada. Nela, a explicação para isso é, aparentemente, oferecida, com o raciocínio de que, como são apenas 8% os brasileiros que viajam de avião, a crise aérea tem efeitos muito limitados, circunscritos.

O problema é que tudo isso deve ser tomado, no máximo, como verdade parcial. Ou seja, não está demonstrado nem que nada abala a popularidade do governo e nem que a pequena proporção de viajantes de avião na população tem algo a

ver com o assunto. E preciso andar com cautela, para não errar na interpretação.

A estabilidade da aprovação do governo é ilusória, verdadeira apenas na superfície. A ilusão vem de ela permanecer no mesmo patamar, sem que esteja parada. Ao contrário, ela tem se mantido numericamente igual ao longo de um processo de notável mudança em sua composição. Em outras palavras, é a mesma nos números, mas é outra em suas características sociais.

Nas duas pesquisas nacionais da Vox Populi divulgadas este ano, isso podia ser visto com clareza. Entre abril e meados de julho, nas pessoas de alta escolaridade, o governo passou de 38% para 33% de avaliação positiva, perdendo 5 pontos percentuais. Nas de renda superior a 10 salários

mínimos, foi de 39% para 32%, caindo 7 pontos.

Na outra ponta, entre pessoas de escolaridade muito baixa, foi de 50% para 58%, subindo 8 pontos, os mesmos que ganhou entre os mais pobres na escala de rendimentos, onde foi de 51% em abril para 59% em julho. Como escolaridade e renda são fortemente correlacionadas, não há qualquer surpresa na semelhança dos números.

Dizer, portanto, que nada abala a popularidade do governo não é correto, no que há de relevante para a análise política. O que temos é um equilíbrio dinâmico, onde o governo perde em uma ponta e ganha na outra. Só fica ilusoriamente parado porque existe uma espécie de compensação: ele troca sua base, perdendo implantação nas camadas médias e de maior escolaridade e as

substituindo por pessoas mais pobres e de menor acesso à educação. Nessa perda nas classes médias, a tragédia de Congonhas está longe de ser irrelevante, embora não conheçamos ainda seu tamanho.

É fato que são poucos os passageiros, na população, mas o raciocínio de que é por isso que a crise aérea é insignificante é precipitado, para dizer o mínimo. Se esse tipo de modelo se sustentasse, teríamos que dizer, por exemplo, que o governo FHC teve problemas depois do massacre de Carajás, pelo número de sem-terra no país, o que não faz o menor sentido. E porque os teve quando morreram doentes renais em Caruaru? Porque eram muitos? Imagem e fatos raramente têm correspondências exatas, em questões de opinião.

“

A estabilidade da aprovação do governo é ilusória, verdadeira apenas na superfície